



Índice

- 01** [Por melhorias, indígenas ocupam prédio da Casai, em Guajará-Mirim](#)
- 02** [Companhia de Polícia Ambiental do Tocantins notifica desmatamento e carvoaria irregular no entorno da TI Apinajé](#)
- 03** [Organização Jocum sequestram criança indígena no Amazonas](#)
- 04** [O desafio do acesso dos indígenas ao Ensino Superior](#)
- 05** [Quilombolas de Rondônia esperam há anos pela demarcação de suas terras](#)
- 06** [Índios fazem manifesto e prometem bloquear BR-163](#)
- 07** [Quero ajudar meu povo, diz índia aprovada em medicina em duas federais](#)
- 08** [Azambuja discute demarcação de terras e reflorestamento em MS](#)
- 09** [Célia Rocha entrega 50 moradias na comunidade rural nesta sexta](#)
- 10** [Funasa prevê R\\$ 10 mi em investimentos em obras de abastecimento](#)
- 11** [Ação do MPF que cobra reforma da Casai tramita desde 2012 na justiça](#)
- 12** [Indígenas de RO ameaçam atear fogo em caminhão em protesto por saúde](#)
- 13** [Após seis horas de bloqueio, índios e motoristas ameaçam entrar em conflito na BR-163](#)
- 14** [Incra/GO recebe imissão na posse de primeiro território quilombola do estado](#)
- 15** [Índios bloqueiam rodovia de MT para cobrar melhorias na saúde](#)



- 16** UFPA divulga aprovados no vestibular para indígenas e quilombolas
- 17** Principal reservatório de água da BA, Sobradinho tem baixa capacidade
- 18** PEC polêmica sobre demarcação de terras indígenas pode voltar a análise na Câmara
- 19** Atingidos por Belo Monte: "O único jeito foi a comunidade se unir e lutar"
- 20** Poluição engole rios Taquaraçu e Jaboticatubas; moradores reclamam da degradação
- 21** Carta Pública aos candidatos à presidência da Câmara dos Deputados
- 22** MPF discutirá implantação da reserva indígena e impactos da perda da refinaria
- 23** Mercadante pressiona Funai a liberar hidrelétricas
- 24** SPU mantém portaria apesar da pressão política do Mato Grosso
- 25** Indígenas pedem escola para crianças em comunidade de Manaus
- 26** E a luta continua: aumentam as ameaças aos povos originários do Brasil
- 27** Ministro tenta assinar nos próximos meses acordo de indenização de terra Buriti
- 28** Reinaldo discute questões indígenas e projetos de reflorestamento em Brasília
- 29** Agraer recebe reivindicações de comunidade indígena e produtores rurais
- 30** Rondônia estuda inserção do conhecimento tradicional de ribeirinhos no ensino público



01 Por melhorias, indígenas ocupam prédio da Casai, em Guajará-Mirim
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 29.01.2015

Ocupação aconteceu na tarde de quarta-feira (28).

Servidores foram retirados do local; viaturas com doentes eram autorizadas.

Dayanne Saldanha

Do G1 RO

Indígenas de Guajará-Mirim (RO) ocuparam, na tarde de quarta-feira (28), o prédio da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai), em protesto contra as condições de saúde do local. Funcionários foram retirados da unidade, e apenas os que trabalham na enfermaria puderam permanecer no prédio. Somente viaturas com indígenas doentes eram autorizados a entrar.

Segundo os indígenas, a saúde está precária. A unidade atende centenas de pessoas, de várias aldeias da região. Com a maioria crianças e idosos, eles pedem a contratação de um médico pediatra e um clínico geral. Além da falta de profissionais, a estrutura também gera reclamações e os índios pedem construção de uma nova sede. Muitos doentes dividem o mesmo espaço e os banheiros não estão adequados para uso.

Com todas as reivindicações, não há previsão de término do protesto. “Estamos aqui por tempo indeterminado. Só sairemos com a certeza de sermos atendidos”, diz Gilmar Oro Não, conselheiro da saúde indígena.



Companhia de Polícia Ambiental do Tocantins notifica desmatamento e carvoaria irregular no entorno da TI Apinajé
SÍTIO CIMI, 29.01.2015

Fonte da notícia: Associação União das Aldeias Apinajé.

Na manhã dessa terça-feira (27), agentes da Companhia de Polícia Rodoviária Ambiental (Cipra) do Estado do Tocantins e servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) realizaram diligências de fiscalização em regiões limítrofes à Terra Indígena Apinajé, na BR-230, no município de Tocantinópolis e na localidade de Veredão, no município de São Bento do Tocantins.

Durante as ações a equipe flagrou trabalhadores com motosserras cortando diversos tipos de madeiras em área de cerrado desmatada localizada no loteamento Gleba Matão I, no município de Tocantinópolis. O gerente da empresa apresentou a Autorização de Exploração Florestal (AEF – 105, nº 2239 – 2010), emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) em 07/01/2013 em favor da empresa T.S. Lima Empreendimento, com vencimento no dia 07/01/2015. Na referida licença não constam as coordenadas geográficas do local.

As licenças emitidas pelo Naturatins autorizam o corte de diversas espécies, como: Angelim-do-cerrado, Maçaranduba, Sapucainha, Amescla, Bacuri, Cajuí, Candeia, Fava-de-bolota, Gonçalves-Alves, Ipê-Rosa, Ipê-Roxo, Jenipapo, Louro, Pequi, Sucupira-preta, Moreira e outras árvores nativas do cerrado que estão sendo suprimidas para o plantio de eucaliptos. Todas as madeiras exploradas são usadas em uma carvoaria instalada no local.

A empresa T.S. Lima Empreendimento foi notificada pelos agentes da Cipra, e as cinco motosserras encontradas foram apreendidas para fins de averiguação da documentação, que não se encontrava com os trabalhadores. Os agentes da Polícia Ambiental convocaram o gerente responsável pelo empreendimento para apresentar documentos das motosserras no prazo de três dias úteis. No local também foram encontrados dois tratores com carretas utilizadas no transporte das toras.

Questionamos os métodos duvidosos e a falta de transparência do Naturatins no ato de liberar essas licenças ambientais e exigimos que sejam realizadas vistorias na região da citada Gleba Matão I, localizada na região da BR 230, divisa sudoeste da Terra Apinajé, com a finalidade de verificar a litude das atividades de retirada de madeiras e carvoarias. Ressaltamos que essa mesma carvoaria e o desmatamento já tinham sido embargados em 2013, de repente fomos surpreendidos com a retomada das atividades nesta área que faz parte de nossa Terra Tradicional reivindicada.

Terra Apinajé, 28 de janeiro de 2015.
Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ.



Organização Jocum sequestram criança indígena no Amazonas

SÍTIO CEDEFES, 29.01.2015

Borehá Juma afirma que, em 2006, entregou a garota para um casal de missionários da Jocum para que ela estudasse em Porto Velho, capital de Rondônia. Na ocasião, os Juma moravam na aldeia dos índios Uru-eu-wau-wau, na região do Alto Rio Jamari, em Guajará-Mirim (RO). A indígena diz que nunca mais viu a filha e negou ter autorizado a adoção dela ao casal de missionários.

A indígena Borehá Juma, 34 anos, tem quatro filhos do casamento com o Erowak Uru-eu-wau-wau, mas no fundo dos olhos ela tem uma tristeza que não passa: a saudade da primogênita adolescente de 16 anos.

A menina nasceu em 1998 de um relacionamento de Borehá com um pescador não indígena e morador da Vila Nossa Senhora do Carmo do Assuã, localidade vizinha da Terra Indígena Juma, no município de Canutama, sudoeste do Amazonas.

Borehá Juma afirma que, em 2006, entregou a garota para um casal de missionários da Jocum para que ela estudasse em Porto Velho, capital de Rondônia. Na ocasião, os Juma moravam na aldeia dos índios Uru-eu-wau-wau, na região do Alto Rio Jamari, em Guajará-Mirim (RO).

A indígena diz que nunca mais viu a filha e negou ter autorizado a adoção dela ao casal de missionários.

A Jocum (Jovens com Uma Missão) é uma organização evangélica norte-americana que atua no Brasil desde 1975 e tem ações de religião e educação em várias comunidades indígenas da Amazônia.

Numa pesquisa na internet, a reportagem da agência Amazônia Real encontrou no site da 3ª. Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte (MG), um relato da adolescente e uma fotografia dela com o casal de missionários da Jocum, Dionéia e Luiz Freitas. Em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a foto não será publicada, assim como o nome da menina.

No relato, a garota diz que partiu da aldeia dos Uru-eu-wau-wau "aos dez anos porque estava tendo uma vida perigosa e não fazia parte daquela tribo", mas não deixou claro se sofreu algum tipo de violência.

A única pessoa a quem eu pertencia era a minha mãe e eu não fazia parte daquela família, então eles podiam fazer qualquer coisa comigo. Os meus irmãos eram totalmente diferentes de mim, eram bem recebidos e bem cuidados, não tinham nenhum problema! Agora minha história foi transformada, moro com os missionários Luiz e Dionéia na Jocum em Porto Velho e sou muito feliz por estar aqui!", afirma a adolescente.

CONT.



A menina completou dez anos de idade em 2008. Naquele ano, segundo Borehá Juma, a adolescente já não estava mais com a família indígena.

Borehá fala pouco o português. Para contar à reportagem da agência Amazônia Real o que aconteceu com a menina, a cacique Mandéi Juma fez a tradução do Tupi-Kagwahiva numa conversa reservada e permitida apenas com gravação em áudio no dia 20 de novembro último.

A indígena Borehá negou que a filha tenha sido gerada de uma violência sexual, conforme denunciou a Funai (Fundação Nacional do Índio), em 1998.

“Quando fiquei grávida dela, em 1998, os Juma viviam num completo abandono pela Funai. Nós morávamos na estrada. Ficávamos na ponte (da vila) 20 dias. Voltava para aldeia. A Funai dizia que a gente não podia se envolver com branco. O branco não me forçou, não teve violência. Eu gostei dele. Dessa relação nasceu minha filha, mas ele (o pescador) não quis a gente”, disse Borehá.

Grávida, Borehá casou-se com Erowak Uru-eu-wau-wau, em 1999. Eles foram morar na aldeia do povo dele no Alto Jamari, em Guajará Mirim (RO). “Erowak me aceitou assim, foi normal. Depois ela (a menina) cresceu e ficou com a gente até os oito anos de idade”, disse.

Borehá afirmou que, em 2006, aceitou que a menina estudasse com o casal de missionários da Jocum, Dionéia e Luiz Freitas, em Porto Velho.

Eles conversavam muito na língua da gente no Alto Jamari e ensinaram as crianças a ler e escrever. Nós mandamos a menina para estudar com a Dionéia e o Luiz. Aí quando chegaram as férias, ela (a menina) não retornou mais para aldeia. Mas eu quero a menina de volta.”, disse Borehá.

A indígena Mandéi Juma contou que, ainda em 2006, Borehá e Erowak Uru-eu-wau-wau foram procurar a garota na sede da Jocum, em Porto Velho.

“Nós fomos na Jocum para fazer uma visita para a menina. Aí o pessoal da Jocum disse que a menina não estava mais na escola. Nós esperamos, mas nada. Fomos para escola, e perguntamos sobre a menina. A professora disse que a criança estava na casa da Jocum”, disse.

A cacique Mandéi Juma afirmou que, depois de muita procura, conseguiu localizar, em 2007, e falar com o casal de missionários na sede da Jocum. Na ocasião, estava acompanhando Borehá e Erowak.

“Dionéia disse que não ia mostrar a criança, só na frente do advogado. Depois ela mentiu, dizendo que a menina ficou com medo de voltar para aldeia. Aí chegou um advogado. Ele fez minha irmã assinar um papel. Não sabemos como foi isso”, disse.

CONT.



Segundo a cacique Mandei Juma, a Funai sabe da situação da suposta adoção. "A última notícia que tivemos é que menina mora hoje nos Estados Unidos", afirmou.

Em resposta à reportagem no dia 26 de dezembro, a Presidência da Funai, em Brasília, não explicou que medidas tomará sobre o caso da suposta adoção da filha de Borehá. Também não disse que se houve algum processo judicial de adoção ou se a garota foi entregue ao casal de missionários por alguma violência contra a menina.

Na nota enviada, a Funai disse que ouviu por telefone a cacique Mandei e que ela deu outra versão à assessoria de imprensa sobre a situação da adolescente, diferente da entrevista concedida à agência Amazônia Real.

"Segundo Mandei, há desentendimentos entre Borehá e seu marido Uru-eu-wau-wau, padrasto da menina, sobre a questão do retorno da menina para a aldeia. Mandei não quis dar detalhes sobre os motivos, e disse apenas que um deles seria o acesso à educação que a garota tem em Porto Velho, onde reside", disse a Funai.

Em entrevista à reportagem, o indigenista e consultor ambiental Leonardo Cruz Sousa afirmou que a Funai abriu um processo e tentou resgatar a menina do casal de missionários da Jocom, mas não obteve resultado da ação. Ele trabalhou pela ONG Kanindé com os índios Juma de 2007 a outubro de 2014,

"Nem Borehá e nem Erowak sabem ler e escrever, portanto, eles não poderiam autorizar a adoção da menina aos missionários. O processo da Funai nunca deu em nada, não se importaram muito, foi uma negligência com os Juma", disse.

O indigenista leu o relato da menina no site da 3ª. Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte (MG). Ele disse que há distorções em trechos do texto. "Algum missionário escreveu esse texto. Mesmo sendo uma criança indígena Uru-eu-wau-wau ou Juma nunca iria se referir a aldeia como tribo e nem a maloca, como oca, e nunca diria que, os invasores jogaram bombas, isso não tem a ver porque não aconteceu na história do povo Juma. Os invasores atiraram nos Juma", afirmou.

Leonardo Sousa disse que estanhou a nota da Funai dizendo que "há desentendimentos entre Borehá e seu marido Erowak Uru-eu-wau-wau, padrasto da garota, sobre a questão do retorno da menina para a aldeia".

"Acompanhei algumas vezes o Erowak procurando a menina. Ele a criou como uma filha. Ele tentava falar com a menina pelo telefone, mas o casal Dionéia e Luiz atendia as ligações e desligava. O desejo de Erowak e Borehá era levar a menina com eles para a terra Juma e lá viver juntos com todos os filhos. Eles não tiveram mais notícias da menina. A Polícia Federal e a Funai deveriam proteger as crianças e evitar que caso de adoção ilegal ocorra com outros indígenas Juma", disse Leonardo Cruz Sousa.

CONT.



À agência Amazônia Real, o procurador do Ministério Público Federal no Amazonas, Fernando Merloto Soave, que responde pelo Ofício Povos Indígenas e Populações Tradicionais, disse que requisitará apuração do caso da suposta adoção da menina pelo casal de missionários da Jocum.

“Havendo provas das irregularidades, podemos acionar os meios judiciais. Existe uma ação civil pública tramitando na Subseção Judiciária de Volta Redonda contra a Jocum em razão de fatos semelhantes”, afirmou Fernando Soave, fazendo referência ao processo aberto no MPF do Amazonas para apurar a intermediação da Jocum numa adoção ilegal de um bebê da etnia Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá Marau, que fica na divisa do Amazonas com o Pará.

Segundo o processo, o bebê Sateré-Mawé foi retirado da mãe poucos dias após o nascimento, em 2011, e entregue a um casal de Volta Redonda (RJ) sob a justificativa de que a criança iria sofrer infanticídio.

A reportagem procurou por e-mail e telefone da ONG Jocum, em Porto Velho, o casal Dionéia e Luiz Freitas para este falar sobre as acusações de Borehá Juma, mas não obteve respostas até o fechamento desta matéria.

Representantes da Jocum em Manaus e em Porto Velho também foram procurados, mas não responderam as mensagens de telefones e de e-mails enviados.

Os índios Juma e Uru-eu-wau-wau são falantes do Tupi-Guarani e denominados Kagwahiva, povos que vivem no entorno da rodovia Transamazônica, na Amazônia Ocidental.

Os Juma estavam em risco de extinção até 1998 devido aos sucessivos massacres que sofreram na década de 60, doenças e violência de não indígenas.

Hoje, são considerados índios em alta vulnerabilidade social e cultural pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Eles vivem numa terra demarcada de 38, 3 mil hectares em Canutama, no sudoeste do Amazonas.

Fonte: Kátia Katia.

O desafio do acesso dos indígenas ao Ensino Superior

SÍTIO CEDEFES, 29.01.2015

A cada 500 estudantes universitários, apenas um é indígena. Apesar do longo caminho, algumas iniciativas, como os cursos interculturais e cotas, ajudam a mudar este quadro.



A Karajá Tuinaki foi a primeira e única indígena formada no campus de Nova Xavantina da Unemat.

No primeiro domingo de dezembro de 2014, as cidades de Nova Xavantina e São Félix do Araguaia em Mato Grosso foram tomadas por indígenas de toda a região Xingu Araguaia. Naquele dia, ocorria o processo seletivo para o Curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os Cursos de Educação Intercultural oferecem formação superior a professores indígenas que lecionam em escolas de aldeias. Não só o conteúdo do curso é adequado à realidade indígena como o processo seletivo é diferenciado, atendo-se mais às experiências do candidato e à sua habilidade na língua portuguesa do que aos conteúdos do ensino médio.

No fim de dezembro do mesmo ano, foi divulgada a lista dos aprovados do Curso Intercultural da UFG. A região Xingu Araguaia estava bem representada na lista, com um grande número de estudantes Xavante, além de alunos dos povos Karajá, Tapirapé, Javaé, Kamayurá, Kuikuro e Yudjá.

Engana-se, porém, quem imagina que pelo fato de ser exclusivo para indígenas, o acesso é

CONT.



mais fácil. No caso do processo seletivo para este curso, havia pouco mais de 600 inscritos para 60 vagas.

Muitos candidatos foram às cidades prestar a prova sem ter lugar para dormir ou mesmo dinheiro para a passagem de volta para a aldeia. A pouca familiaridade com as burocracias típicas da nossa sociedade também dificulta a entrada e permanência de indígenas no ensino superior.

Marculino Tseredzadi, 33 anos, foi um dos tantos candidatos que não conseguiram uma vaga no curso. Tseredzadi é Xavante da Aldeia Belém, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, em Canarana, Mato Grosso. Ele já foi professor por mais de cinco anos na escola de sua aldeia, tendo cursado magistério intercultural, além de várias formações continuadas. Apesar do currículo invejável, Tseredzadi não marcou pontos na prova de títulos. Ele não sabia que as cópias dos certificados deveriam ser autenticadas e que os anos de docência contariam pontos. Com muita experiência profissional na comunidade, terá que estudar mais um ano para tentar entrar na faculdade.

No Xingu Araguaia, poucos indígenas nas universidades

Apesar do grande número de indígenas de diferentes povos do Xingu Araguaia, ainda não há na região vagas destinadas para o ingresso de indígenas. A Univar – Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, em Barra do Garças, foi uma das poucas instituições de ensino superior da região que contou com uma política afirmativa para indígenas ingressarem em 2015. Foram disponibilizadas bolsas integrais para estudantes indígenas em sete cursos superiores oferecidos pela Univar. Porém, não foram reservadas vagas nem houve processo seletivo diferenciado. As universidades públicas com campi na região somente possuem cotas raciais.

A turismóloga Tuinaki Koixaru Karajá, 25 anos, foi a primeira indígena formada no campus de Nova Xavantina da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em 2012. Atualmente sua prima cursa Engenharia Civil no mesmo campus. Pertencente ao povo Karajá, Tuinaki estudou em escolas de São Félix do Araguaia, cidade próxima às aldeias Karajá da Ilha do Bananal.

Tuinaki ficou sabendo por seu tio que abriria vestibular na Unemat em Nova Xavantina. Em 2008, passou no vestibular de ampla concorrência. Soube que havia cotas raciais na Unemat quando já estava cursando Turismo.

“Foi uma experiência e tanto na minha vida. Nunca tinha ficado tanto tempo longe dos meus pais, não conhecia ninguém lá. No começo, ligava chorando para casa para que me mandassem uma passagem de volta, não aguentava ficar longe. Quando chegava em São Félix, minha mãe me convencia a voltar. Com o tempo, fui conhecendo pessoas e aprendendo mais. No curso de Turismo, a gente viaja muito a campo, comecei a gostar” relata Tuinaki.

CONT.



Apesar da boa convivência durante os anos de graduação, o preconceito era claro. “Quando cheguei em Xavantina, todo mundo me olhava torto, eu me perguntava: ‘só porque sou índia não posso fazer uma faculdade?’ Tinha vezes que eu chegava pintada de jenipapo da cabeça aos pés e todos ficavam me olhando, e eu pensava: ‘pra mim, é normal estar pintada, porque eles me olham tanto?’ Até que um dia eu ouvi um rapaz questionando: ‘como pode? O que uma índia está fazendo na faculdade?’ E aí que eu entendi e coloquei na cabeça que tinha que mostrar que os índios podem fazer faculdade” conta Tuinaki. Sua persistência a fez pertencer a uma pequena parcela de estudantes universitários indígenas que se formam, a estimativa é de que a evasão de indígenas chega até a 90 % em alguns cursos.

Formada, ela trabalhou na Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e depois assumiu o cargo de chefe de Departamento de Assuntos Indígenas da prefeitura de São Félix do Araguaia. Ali, teve a árdua tarefa de tentar a articulação entre as comunidades indígenas e a prefeitura, além de apaziguar a tensão entre indígenas e não-indígenas do município.

Iniciativas para o acesso de indígenas na universidade

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2011 havia um indígena para cada 500 estudantes das universidades públicas brasileiras, enquanto na sociedade brasileira, existe um indígena a cada 211 habitantes brasileiros.

Desde a década de 2000, movimentos indígenas junto às instituições educacionais vêm amadurecendo a discussão em torno do acesso indígena ao ensino superior. As reivindicações indígenas têm sido no sentido de que não basta inserir cotas nas universidades, apesar de sua importância enquanto ação afirmativa. É necessário que haja condições de permanência dos estudantes indígenas e que o que se aprende nas universidades dialogue com a realidade indígena.

Foi a partir dessa demanda que surgiram os Cursos de Educação Intercultural, voltados especificamente para a licenciatura, que atualmente acontecem em doze universidades públicas brasileiras. A Unemat em Barra do Bugres/MT é pioneira nos cursos interculturais e já conta com uma Faculdade Indígena Intercultural.

Complementarmente, algumas universidades oferecem cotas específicas para indígenas em diferentes cursos, com processo seletivo diferenciado. Segundo o Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, em 2012, das 125 instituições públicas no país, 63 contam com ações afirmativas específicas a indígenas. As cotas raciais criadas pela Lei de Cotas (12.711/2012) englobam indígenas, negros e outros grupos culturalmente diferenciados. Desta forma, esta lei não tem sido eficiente em garantir o acesso de indígenas à universidade.

Atualmente, a Universidade de Brasília (UnB) está com inscrição aberta para o curso de mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, na qual metade das 30 vagas é destinada a indígenas e quilombolas. A inscrição vai até dia 16 de fevereiro de 2015 e o edital pode ser conferido na página www.mespt.unb.br.

CONT.



A demanda por profissionais indígenas de nível superior nas próprias aldeias é enorme, tanto no quadro de professores quanto na área de saúde. O domínio do conhecimento teórico da sociedade envolvente pelos indígenas também é uma peça chave na luta pelos direitos das suas comunidades. Além disso, a presença do indígena por si só numa faculdade traz mudanças e questionamentos na forma de pensar e agir dos colegas e professores que talvez nunca tivessem parado para pensar na questão indígena anteriormente. Fazer uma universidade não é tudo, mas é um instrumento importante para a construção de caminhos novos e autônomos para os povos indígenas.

Fonte: Por Maíra Ribeiro/AXA.

Quilombolas de Rondônia esperam há anos pela demarcação de suas terras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2015



Michelle Moreira, EBC

As comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Fé, no município de Costa Marques, em Rondônia, esperam há anos pela demarcação de suas terras. O Ministério Público de Ji Paraná ajuizou duas ações civis públicas contra a União e o Incra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que seja concluída a titulação das áreas. As duas ações foram negadas pela Justiça Federal.

Em Forte Príncipe a situação é complicada. A área em que a comunidade quilombola se encontra pertence ao Exército. De acordo com o superintendente do Incra, Luís Flávio Ribeiro, isso tem atrapalhado o processo de demarcação.

“Existe um atrito constante com o Exército. Ele não quer ceder esta área para que possamos

CONT.



fazer os estudos antropológicos. Tentamos com a Ouvidoria Agrária...O coronel já esteve aqui diversas vezes, mas ele não abre mão. A gente tem dificuldade de aprofundar este trabalho.”

O general André Luís Novaes, comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva Príncipe da Beira, esclarece que existe um conflito de leis que deve ser resolvido.

“O empecilho não é o Exército. O empecilho é a legislação especial que regula a ocupação de área de fronteira que é conflitante com a legislação do auto-reconhecimento e dos quilombolas. O Exército é o dono daquela área. A área é afetada ao Exército há muito tempo. E é por isso que o Exército não pode permitir a entrada do Incra até que haja uma legislação final sobre isso...Possivelmente definida no Supremo Tribunal Federal.”

Para tentar solucionar o problema, o general informou que o Exército tem atuado em várias frentes. Uma delas é uma ação conciliatória com o Incra para definir qual lei estaria em vigor. Outra é a concessão da terra de forma individual aos quilombolas. Assim, as pessoas cadastradas pelo Exército desde a ocupação da área poderiam usufruir do espaço, sendo proibida a venda.

De acordo com a vice-presidente da Associação Quilombola em Forte Príncipe, Maria Rodrigues, a proposta do Exército é inviável.

“A partir do momento que se delimita um espaço que delimitar aquele tamanho, um espaço pequeno, não tem como, principalmente para quem trabalha na roça. Então esta proposta é inviável. Não tem como.”

Maria Rodrigues afirma que a área de Forte Príncipe é de 100 mil hectares. A proposta é de que a titulação para a comunidade seja relacionada a 21 mil hectares. Ela pontua ainda que não existe a intenção de que os militares deixem a área.

Para tentar chegar ao fim do impasse, a Justiça Federal marcou reunião conciliatória sobre o tema para o dia 4 de março. Foram convidados a participar a comunidade, o Incra, o Exército e o Ministério Público.

Já sobre a terra da comunidade Santa Fé, o Incra afirma que o processo está bem adiantado. Falta apenas a conclusão dos laudos a partir das últimas apurações em março. A previsão é de que o processo seja finalizado no segundo semestre deste ano.

O procurador da República Henrique Felber pontua que a demora dos processos leva a comunidade à descrença no Poder Público: “Tecnicamente tem o princípio da confiança. As pessoas acreditam que o governo vai fazer. E o Incra, no caso de Santa Fé está desde 2008 com o procedimento pendente. É muito difícil concretizar direito social no Brasil.”

Questionado sobre a demora na demarcação, o superintendente do Incra alegou falta de pessoal; mas disse que seria empenhado o esforço necessário para acelerar o processo nas comunidades de Forte Príncipe e Santa Fé.



Índios fazem manifesto e prometem bloquear BR-163

SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 29.01.2015

Fonte: Só Notícias/Bianca C. Zancanaro

Índios podem bloquear a BR-163, entre Nova Santa Helena e Itaúba, a qualquer momento. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, eles estão no local desde às 6h30 e já colocaram fogo em pneus na lateral da rodovia. Os indígenas reivindicam melhorias nos atendimentos de saúde. Há várias tribos na região Norte que buscam consultas e remédios em Colíder e Sinop, por exemplo.

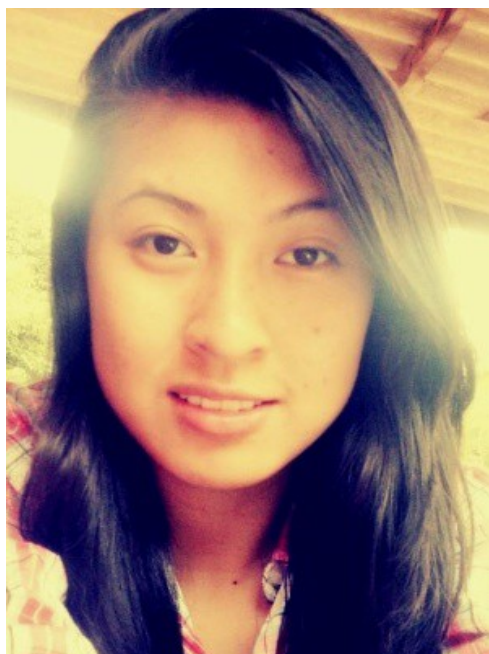
A PRF informou que já avisou os representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e devem chegar no local nas próximas para se reunir com líderes das tribos. Caso não seja atendida a reivindicação, eles prometem bloquear a principal rodovia que liga o Nortão à capital, por tempo indeterminado.

Nesta sexta-feira pela manhã o tráfego está normal na rodovia. A polícia informou que não há previsão se a pista será bloqueada.

Quero ajudar meu povo, diz índia aprovada em medicina em duas federais

SÍTIO PORTAL AZ, 29.01.2015

Moradora da aldeia Te'yi Kuê, nos arredores de Caarapó (a 274 quilômetros de Campo Grande), Dara Ramires Lemes, 19, tem motivos de sobra para comemorar: a guarani- kaiowá foi aprovada em medicina em duas universidades públicas, a UFScar (Universidade Federal de São Carlos) e a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria).



Nas duas instituições, Dara ficou em primeiro lugar entre os candidatos que disputavam uma vaga pelo sistema de cotas. Decidiu pela universidade gaúcha, onde eram 121 candidatos para apenas duas vagas.

Desde os sete anos, ela sonha em ser médica para cuidar de seu povo. "Esse é um dos meus objetivos, ajudar minha comunidade, mas também pretendo trabalhar em outros lugares. Montar um consultório, quem sabe", diz a estudante, que vai morar no alojamento da universidade.

Filha de uma professora e de um comerciante, a indígena foi alfabetizada aos 4 anos e estudou o ensino fundamental e o médio em escolas públicas na aldeia onde vivem cerca de 5.000 índios. A região, assim como outras reservas indígenas do sul de MS, enfrenta sérios problemas, como altas taxas de homicídio, suicídio e disputas de terra entre índios e fazendeiros.

Rotina de estudos

Aos 17 anos, Dara tentou ingressar na faculdade de medicina, mas não foi aprovada. Decidiu então entrar em um cursinho pré-vestibular particular.

"Eu queria estudar integralmente, mas o custo era alto demais para minha família. Com isso, resolvi fazer só o [cursinho] noturno. Tive que me esforçar em dobro. Pelo cursinho noturno meu pai pagava R\$ 290 por mês, fora o ônibus [deslocamento de 50 km de distância da aldeia]. Embora fosse caríssimo, garanti ao meu pai que, se ele pagasse, eu iria passar. Ele e minha mãe me apoiaram. E graças a Deus deu tudo certo", disse Dara, que tem mais três irmãos.

"Estudava até 10 horas por dia intercaladamente. Meu pai tem uma venda na aldeia e eu

CONT.



cuidava para ele. Quando não vinha ninguém, eu estudava. Fazia muitos exercícios por dia, simulados e via bastante vídeo-aula no Youtube. Não perdia tempo. Se sobravam 10 minutos, para mim era lucro. Quando não entendia alguma matéria, eu estudava de madrugada depois do cursinho", diz a estudante.

Jogadora de futebol

O sonho de ser médica, quase foi deixado de lado por outra ambição, a de ser jogadora de futebol. "Amo esse esporte. Joguei no Atlético Mineiro quando tinha 16 anos. Joguei a Copa do Brasil Feminino, Copa Mineiro, taça BH e outros torneios. Jogava de meia-atacante, meia-direita e às vezes de volante (apesar de odiar essa posição)", diz Dara, que chegou a mudar para Minas Gerais.

Decepcionada com a vida de atleta, ela resolveu voltar a morar em Caarapó e seguir em busca da medicina. "Eu tinha que estudar, e não dava para conciliar futebol e o sonho de ser médica, então desisti e tornei esse esporte um hobby", disse Dara, que é torcedora do Corinthians.

UOL.

Azambuja discute demarcação de terras e reflorestamento em MS
SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 29.01.2015

Ministro da Justiça virá ao Estado tratar sobre segurança nas fronteiras



Governador em reunião nesta quinta-,
(Foto: Divulgação)

O governador Reinaldo Azambuja participou de reuniões em Brasília (DF), nesta quinta-feira (29), que debateram a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e a segurança nas fronteiras do Estado com países vizinhos. Reinaldo ainda se encontrou com o vice-presidente corporativo da Caixa Econômica Federal (CEF), Hermínio Basso, para discutir projetos de reflorestamento do Estado.

Junto a bancada federal de Mato Grosso do Sul em Brasília, Reinaldo foi recebido pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ao sair do encontro, que durou mais de uma hora, o governador revelou que o ministro agendou uma reunião de trabalho no Estado.

"O ministro vai levar um grupo de trabalho para tratarmos de todos os temas de interesse da pasta que ele dirige, principalmente a questão de fronteira e da área que envolve a negociação das terras da região da Buriti", destacou.

No encontro com Cardozo, o governador lembrou a importância de atender os moradores da região de fronteira, que atinge 13 municípios de Mato Grosso do Sul e mais de 400 mil pessoas. "O Estado precisa criar infraestrutura e condições para levar melhorias aos moradores dessa importante região", frisou Reinaldo depois do encontro com o ministro Cardozo.

Célia Rocha entrega 50 moradias na comunidade rural nesta sexta
SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 29.01.2015



Célia Rocha entrega 50 moradias na comunidade rural nesta sexta

Na manhã desta sexta-feira (30), a prefeita Célia Rocha (PTB), o vice Yale Fernandes (PMDB) e o secretário municipal de Agricultura, Rui Palmeira de Medeiros, vão entregar as primeiras 50 moradias do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, em parceria com o governo federal. A solenidade está marcada para as 9h, na comunidade de Mundo Novo, e que contará também com a presença de gerentes da Caixa Econômica Federal e lideranças políticas e comunitárias do município.

Outras duas localidades, Lagoa Cavada e Capim, estão sendo beneficiadas através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Ministério das Cidades, após empenho da prefeita Célia Rocha, em Brasília.

“Este é o começo deste compromisso levado adiante pela prefeita Célia, pois já existem mais 100 residências em análise na Caixa Econômica Federal para serem construídas em breve no Carrasco, Xexéu, Fazenda Velha e Tinguí, o que totaliza 150 famílias com direito a moradia digna e poder dar trabalho com mais tranquilidade nas atividades no campo”, diz o secretário Rui Medeiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

A consolidação do projeto tem aporte da Federação das Associações Comunitárias de Arapiraca (Facomar).

O programa contempla agricultores familiares, trabalhadores rurais e quilombolas arapiraquenses que têm renda anual inferior a R\$ 15 mil, desde que não possuam moradia e prestem declarações de adptidão (DAP), do sindicato, associações ou da Fundação Zumbi dos Palmares.

Todas as casas são acessíveis, dentro das normas federais de acessibilidade, e têm 64,3 m² de área, com dois quartos, duas salas, uma cozinha, uma varanda, uma área de serviço e um banheiro.

Fonte: Assessoria.



Funasa prevê R\$ 10 mi em investimentos em obras de abastecimento

SÍTIO PORTAL O DIA, 29.01.2015

Os projetos estão em fase de conclusão e a previsão é que as obras comecem este ano.

O Piauí deve receber R\$ 10 milhões em investimentos em obras de abastecimento de água em comunidades quilombolas e assentamentos de 22 municípios do Estado. Os investimentos são do governo federal, através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e devem beneficiar 753 famílias.

De acordo com o presidente nacional do órgão, Henrique Pires, (foto ao lado) os projetos estão em fase de conclusão e a previsão é que as obras comecem este ano. "A Funasa vem custeando tanto os projetos quanto a execução das obras por entender a importância da água em casa para a população. O abastecimento de água, assim como o saneamento básico, é uma área prioritária para a presidenta Dilma Rousseff", destaca Pires.

Serão beneficiadas famílias dos municípios de Acauã, Amarante, Batalha, Beneditinos, Campinas do Piauí, Campo Maior, Castelo do Piauí, Geminiano, Jaícos, Luzilândia, Palmeiras, Pedro II, Piripiri, Sigefredo Pacheco e outros. As obras levarão água para as casas das comunidades, geralmente situadas nas zonas rurais destes municípios.

Henrique Pires acrescentou que nas residências beneficiadas pelo programa serão instalados hidrômetros, dentro dos parâmetros de sustentabilidade socioambiental, para evitar o desperdício. "Isso é importante porque é uma causa que devemos estar atentos. Os investimentos em abastecimento de água e o combate ao desperdício é uma pauta social", concluiu Pires.

Por: João Magalhães - Jornal O Dia.



Ação do MPF que cobra reforma da Casai tramita desde 2012 na justiça

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 30.01.2015

A precariedade da Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) de Guajará-Mirim levou os indígenas da região a iniciar uma série de protestos nos últimos dias, inclusive com o fechamento da Casai, a fim de cobrar melhorias. A situação é antiga. E a existência de recursos também.



Após reuniões e tratativas extrajudiciais, em agosto de 2012, o Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação ao Município de Guajará-Mirim e ao Distrito Sanitário Indígena (DSEI), sobre as medidas que deveriam ser imediatamente adotadas. Por não ter surtido efeito, em 10 de dezembro de 2012, o MPF ajuizou uma ação civil pública na Justiça Federal de Guajará-Mirim, para que o Judiciário obrigasse a União a apresentar um cronograma de reforma ou construção de uma nova sede para a Casai. No entanto, até o momento, nem a ação judicial surtiu o efeito desejado.

Na época, o MPF constatou deficiências estruturais e sanitárias na Casai. Faltavam móveis, camas hospitalares, colchões, roupas de cama e outros itens básicos para o atendimento dos pacientes e acompanhantes. As enfermarias estavam em péssimas condições estruturais, sendo locais abafados e pequenos para a demanda de pacientes e acompanhantes. A quantidade de leitos era insignificante. Além disto, havia banheiros impróprios para uso, instalações elétricas expostas, janelas com vidros quebrados e portas sem fechaduras.

Segundo o procurador da República Daniel Dalberto, o MPF, ciente da gravidade da situação, tem atuado para garantir melhoria nos serviços de saúde prestados aos indígenas, ainda mais neste caso em que os recursos financeiros existem, motivo por que tem solicitado que a Justiça fixe prazo e multa diária em caso de descumprimento. Agora a solução depende de ordem da Justiça Federal e da própria União que deve cumpri-la. Na ação o órgão também pediu que a União fosse condenada a executar o projeto de reforma ou construção da Casai e a disponibilizar transporte para os doentes - dois veículos e dois barcos, incluindo o combustível necessário e também a manutenção da frota.

A Casai de Guajará-Mirim atende a uma população de mais de cinco mil pessoas divididas em 28 aldeias distribuídas entre os rios Mamoré e Guaporé, Pacaas Novos e área terrestre que abrange uma parte do município de Nova Mamoré.

CONT.



O número da ação civil pública para consulta processual é 1925-59.2012.4.01.4102.

Médicos

Nas manifestações que estão ocorrendo desde ontem, 29 de janeiro, os indígenas pedem um médico pediatra e um clínico geral. Além da falta de profissionais, a estrutura também gera reclamações e os índios pedem construção de uma nova sede. Muitos doentes dividem o mesmo espaço e os banheiros não estão adequados para uso.

Fonte: MPF-RO.

Indígenas de RO ameaçam atear fogo em caminhão em protesto por saúde
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 30.01.2015

*Veículo será queimado caso coordenador não apareça, dizem manifestantes.
Toras de madeira e isopor já estão espalhados pelo caminhão em Guajará.*



Indígenas colocaram madeira e isopor no caminhão (Foto: Dayanne Saldanha/G1)

Os indígenas de Guajará-Mirim (RO), município a 330 km de Porto Velho, continuam protestando na Casa de Saúde Indígena (Casai). Somente enfermeiros e funções básicas são autorizados a entrar. Os manifestantes pedem a presença do coordenador reclamam falta de estrutura do prédio da Casai e ausência de médicos para atender os mais de cinco mil indígenas da região. A direção da unidade não quis comentar sobre o assunto.

Segundo uma das lideranças do movimento, cacique da aldeia Capoeirinha Milton Oro Nao, o prédio da Casai está muito velho e sem estrutura para receber os mais de 5 mil indígenas que vão até o local em busca de atendimento. "Queremos chamar a atenção para o nosso problema. Este prédio foi feito quando só éramos 600 índios. Hoje somos mais de cinco mil e aqui está tudo ruim. Recém-nascidos ficam junto com pacientes com tuberculose, hepatite e outras doenças", conta.

CONT.



Fora a estrutura física, a manifestação solicita que seja readmitida uma médica pediatra e que contrate um clínico geral para atender no local. Vários caciques tomaram o prédio e aguardam a chegada de mais indígenas, de aldeias mais distantes, prevista para o fim desta tarde. "Estamos aguardando seis aldeias. Nossos guerreiros estão vindos prontos para fazer pressão. Se não nos atenderem, vamos colocar fogo no caminhão", afirma Milton.

O caminhão está estacionado no pátio da Casai, os manifestantes colocaram isopor e pedaços de madeira ao redor do veículo para atear fogo caso as reivindicações não sejam atendidas até o fim da tarde desta sexta-feira (30). No final da manhã, os líderes receberam a visita da Polícia Federal, que comunicou que está vindo para o município um representante da coordenadoria de saúde indígena.

O G1 entrou em contato com a direção da unidade, que não quis se pronunciar sobre a manifestação.

Após seis horas de bloqueio, índios e motoristas ameaçam entrar em conflito na BR-163

SÍTIO TOP NEWS, 30.01.2015



Foto: Reprodução/Internet

O clima ficou tenso no trecho entre Itaúba e Nova Santa Helena, no km 943 da BR-163, que foi fechado por cerca de 50 índios na manhã desta sexta-feira (30). Os indígenas se armaram com arco e flecha, enquanto que os motoristas empunharam facas e facões. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) está no local e tenta acalmar os ânimos das duas partes. O bloqueio dura mais de seis horas.

De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), os indígenas pedem a saída de uma coordenadora do Sesai (Serviço Especial de Saúde Indígena) que está no cargo a menos de oito meses e suspendeu contratos e convênios superfaturados, além de demitir alguns índios que possivelmente teriam envolvidos.

Ainda segundo a PRF, a situação é tensa no local. Os agentes estão recomendando que os motoristas deixem o local e retornem para Santa Helena, no norte ou Itaúba, no sul. Os índios estão armados com arco e flecha e os motoristas empunharam facas e facões. Ainda não foi necessário o uso da força e os policiais tentam acalmar os ânimos das duas partes.

CONT.



A última informação é que são mais de 20 km de congestionamento nos dois sentidos, sendo que 10 km no sentido decrescente e 12 km no crescente. Não há previsão de quando a rodovia federal será liberada. Vale lembrar que não há um desvio no local, já que uma rodovia estadual que dá acesso à Marcelândia também está bloqueada.

Os indígenas estão cobrando melhorias na saúde e infraestrutura, além de outros itens que consideram importantes para a sobrevivência da aldeia. De acordo com as informações obtidas pela reportagem, estas exigências já estão sendo atendidas e o impasse é quanto a exoneração da coordenadora do Sesai. Para fechar o trânsito no local, eles colocaram pneus no meio da pista e fogo em alguns pontos.

Incra/GO recebe imissão na posse de primeiro território quilombola do estado
SÍTIO INCRA, 30.01.2015



A Superintendência do Incra em Goiás (Incra/GO) recebe imissão na posse da primeira área quilombola do estado. A juíza Raquel Soares Chiarelli, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Vara Única de Uruaçu, concedeu à autarquia posse da fazenda Bocaina do Passa Três, situada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás, território do Quilombo Tomás Cardoso. A decisão foi proferida na última quarta-feira (28). A expectativa é que os remanescentes de quilombos entrem na área até março deste ano.

Para o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá Correia, começar o ano com uma vitória importante como a imissão de uma área quilombola incentiva a continuidade do trabalho pela democratização do acesso a terra. “Entendemos que a terra para essas comunidades não é uma questão de posse apenas, mas tem a ver com a sua própria existência”, esclareceu.

De acordo com a presidente da Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Tomás Cardoso, Adelina Borges das Chagas, cerca de 40 famílias vão morar na fazenda. Ela conta que eles estão ansiosos para plantar e criar animais em suas terras, além de aprimorar o artesanato, como resgate da cultura negra. Adelina lembra que foram oito anos de luta até a publicação da portaria de reconhecimento da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

comunidade no Diário Oficial da União (D.O.U) em 25 de outubro de 2014. “Valeu a pena esperar. É uma vitória grande de todos nós”, celebra.

Regularização quilombola

Essa será a primeira regularização de um território quilombola no estado de Goiás. Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento na Superintendência. O Incra é o órgão responsável pela regularização territorial das comunidades de descendentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares. Após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Incra, a Presidência da República edita um decreto de desapropriação. O imóvel é desapropriado pela autarquia e repassado à posse comunitária dos descendentes de quilombos que perderam suas terras.

Índios bloqueiam rodovia de MT para cobrar melhorias na saúde
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 30.01.2015

O bloqueio pelos índios está sendo na BR-163, em Itaúba.

PRF informou que cerca de 50 índios fecharam a rodovia nesta sexta.

Do G1 MT



Indígenas interditaram trecho da BR-163 (Foto: Assessoria/ PRF-MT)

Cerca de 50 índios da etnia Terena bloquearam a rodovia BR-163, no km 943, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, nesta sexta-feira (30). De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), os indígenas fecharam a rodovia para cobrar mais investimentos na área da saúde e melhores condições nas aldeias, que fica no município de Colíder, a 648 km de Cuiabá.

Uma das reclamações é a falta de remédios e de profissionais de saúde. Eles também cobram a continuidade de obras de postos de saúde. Na lista ainda constam a falta de combustível para os carros, barcos e avião usados para dar assistência aos indígenas e obras de saneamento.

Com o bloqueio, os motoristas são impedidos de trafegar por esse trecho da rodovia. Os índios estão com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

flechas e escudos indígenas. Segundo a polícia, uma reunião entre representantes do índios e o superintendente Polícia Rodoviária Federal está sendo realizado para negociar a liberação da rodovia.

A polícia informou que os índios estão pacíficos e não estão cobrando pedágio dos motoristas, mas não permitem a passagem de nenhum veículo pela rodovia.



UFPA divulga aprovados no vestibular para indígenas e quilombolas
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 30.01.2015

283 candidatos foram aprovados dentre 2.727 inscritos.

Calouros podem acessar site do Ciac para informações acadêmicas.

Do G1 PA

Os 283 calouros aprovados no vestibular para quilombolas, indígenas e integrantes de comunidades tradicionais já foram divulgados pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mais de 2.700 candidatos se inscreveram no Processo Seletivo Especial (PSE 7), e disputavam uma das 685 vagas ofertadas. [Confira o resultado.](#)

Candidatos oriundos de comunidades tradicionais podiam se inscrever no curso de Etnodesenvolvimento, sediado em Altamira. Entre o total de aprovados, 214 foram candidatos quilombolas, dos quais, 68 foram aprovados para cursos ofertados na capital do Estado e 146 para cursos ofertados nos campi do interior.

O listão também é formado de 24 candidatos indígenas e 45 candidatos aprovados no curso de Etnodesenvolvimento. O curso de Etnodesenvolvimento foi criado em 2009, com o intuito de garantir a qualificação das lideranças de comunidades rurais para o manejo de projetos e atuação em instituições locais. Já o PSE 7 para indígenas e quilombolas existe desde 2012.

Habilitação

Os candidatos aprovados no PSE 7 já podem acessar, no site do [Centro de Indicadores e Registros Acadêmicos \(CIAC\)](#), o Edital de Habilitação, que convoca os candidatos aprovados a entregarem documentos específicos para fins de posterior matrícula nos cursos aos quais foram aprovados. E, em alguns casos específicos de cursos ofertados nos campi do interior ou de cursos com entrada prevista para o segundo semestre, as datas estendem-se pelos meses de março, maio e abril.

O candidato deverá apresentar os originais e cópias dos seguintes documentos: CPF; Cédula de Identidade (RG); Título de Eleitor (para maiores de 18 anos); prova de que está em dia com as obrigações militares (para homens maiores de 18 anos); Certificado ou Atestado de Conclusão do Ensino Médio ou Diploma de Conclusão do Ensino Técnico integrado ao Médio; Histórico Escolar; comprovante de residência, 1 (uma)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

foto 3 x 4 recente e de frente; e cadastro acadêmico, que estará disponível na página do CIAC, a partir desta sexta-feira, 30 de janeiro.

Serviço:

Resultado do PSE-7 da UFPA foi divulgado. [Confira o listão](#). Habilitação em Belém de 2 a 24 de fevereiro de 2015, de 8h às 12 e das 14h às 16h, no auditório do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), no Setor Profissional do Campus Guamá, na sede do CIAC, no setor Básico do Campus Guamá. Candidatos aprovados no interior do Estado devem se apresentar na Secretaria dos campi e de Educação dos municípios do interior. Acesse aqui o [Edital de habilitação do PSE 7](#). Informações para os candidatos classificados no site do CIAC ou pelo telefone (91) 3201-7158.



Principal reservatório de água da BA, Sobradinho tem baixa capacidade

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 30.01.2015

*2º maior lago artificial do país está com apenas 18% da capacidade total.
Veja situação em outras regiões do estado; não há risco de crise hídrica.*

A situação dos reservatórios e usinas hidrelétricas do país serve de alerta para a Bahia. De acordo com a Embasa, a Bahia não corre risco iminente de enfrentar situação de crise hídrica equivalente à que vem ocorrendo no sudeste do país. As principais barragens utilizadas pela empresa estão em nível satisfatório para o período. Porém, dos 364 municípios baianos onde a Embasa atua, apenas Caetité encontra-se em situação de racionamento.

Apesar disso, o principal reservatório de água da Bahia, Sobradinho, que é abastecido pelo rio São Francisco, segundo maior lago artificial do país, está com apenas 18% da capacidade total do reservatório, que é de 34 bilhões de metros cúbicos de água, 42% a menos que nesse mesmo período no ano passado.

Com a baixa da barragem e falta de chuvas nas cabeceiras que abastecem o rio São Francisco, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) reduziu a vazão mínima do rio de 1.100 metros cúbicos por segundo para 1.000. A situação preocupa associações que lutam pela preservação do rio.

"A gente está vendo que, nacionalmente, para espanto de todo o país, hoje o sudeste já vive esse problema da água e aqui, apesar da gente estar à beira do São Francisco, a gente precisa sim ter essa preocupação", disse Érica Costa, da Articulação Popular São Francisco Vivo

"A tendência é sim o rio São Francisco secar e aí o que será de nós aqui no centro do semi-árido brasileiro sem essa riqueza, sem essa fonte de vida que é o nosso velho chico", completa.

Vinte e quatro hectares de terra estão sem produção em uma propriedade que fica em Sobradinho, no norte da Bahia. Restaram apenas sobras do antigo plantio de melancia e melão. Desde dezembro, nada mais foi cultivado na área devido a dificuldade de ter acesso a água do lago de Sobradinho, que ficava poucos metros do local.

"E, se caso o lago baixar em torno de 90 cm a 1,10 m, já nos compromete a levar mais uma tubulação à rede de mais 1.200 metros, mas aí nós não temos mais energia transformada para

CONT.



nos atender", diz o produtor Ronaldo Nery. O prejuízo atinge todos os produtores ribeirinhos do lago que não tiveram mais condições financeiras de acompanhar, com tubulações, o recuo da água.

Salvador

De acordo com a Embasa, as barragens de Ipitanga I e II estão com 95% da capacidade, a barragem Joanes I está um pouco mais baixa, com 75%, e a Joanes II, com 86%. Ainda segundo a embasa, os principais reservatórios da região metropolitana de Salvador, estão com nível dentro do previsto para esta época do ano. Os moradores da capital e municípios próximos não correm risco de enfrentar uma situação de crise no fornecimento de água nesse período do verão, quando o consumo aumenta.

Feira de Santana

As hidrelétricas da Bahia fazem parte do sistema nacional interligado de energia. Tudo que é produzido no estado, também é distribuído para outras regiões do país. Uma das usinas do sistema é a de Pedra do Cavalo, que fica na região de Feira de Santana, cidade situada a 100 quilômetros de Salvador. De acordo com a gerência da usina, a situação é considerada normal, mas é preciso evitar o desperdício.

Estão sendo produzidos 160 megawatts de energia por dia. Essa situação é considerada confortável porque a barragem de Pedra do Cavalo está com 70% da capacidade. Dá para abastecer a cidade de Salvador durante dois anos. Não choveu na região no mês de janeiro, mas em dezembro caíram chuvas que encheram a cabeceira do Rio Paraguaçu, que junto com o Rio Jacuípe, forma a barragem de Pedra do Cavalo.

Região Sul

De acordo com a gerência local, a usina do Funil é considerada uma usina de suporte. Interligada ao sistema elétrico da companhia, que é responsável por suprir energia aos estados do nordeste, exceto o Maranhão. A central hidroelétrica é de pequeno porte, ela dispõe de reservatório fio d'água, ou seja, que tem baixa acumulação de água.

A capacidade de geração dela é de 30 megawatts, o que corresponde ao abastecimento de

CONT.



25% de uma cidade do porte de Itabuna. A gerência informou que o volume do Rio de Contas está normal. Mesmo em estiagem prolongada, a usina consegue operar sem problemas, porque a vazão do Rio de Contas tem suprido a necessidade.

Já a usina hidrelétrica de Itapebi fica a cerca de 10 quilômetros da cidade, tem capacidade para produzir energia para 1,5 milhão de pessoas. A hidrelétrica de Itapebi também é do tipo fio d'água, ou seja, mesmo tendo uma represa na parte superior, ela não tem grandes reservatórios capazes de acumular água para distribuição nas cidades vizinhas.

Tudo que é produzido na hidrelétrica de Itapebi não fica na região e é enviado para o sistema interligado nacional de energia elétrica, que distribui essa energia para as concessionárias de todo o país. O nível do Rio Jequitinhonha está cheio, mas o volume muda de acordo com as chuvas e com o volume de água liberado da represa por meio das comportas que controlam essa vazão.

Região Oeste

Já na região oeste do estado, duas usinas geradoras de energia fazem parte do sistema nacional de energia elétrica. São hidrelétricas que dependem do Rio das Fêmeas e do Rio Corrente para geração de energia. Apesar da pouca participação de energia, com pouco menos de 30 megawatts, o volume dos rios está em 28%, abaixo do esperado para o mês de janeiro, considerado um mês chuvoso na região. De acordo com o Instituto Clima Tempo, a média para este mês é de 200 milímetros, mas até agora só choveu 50 mm.



18 PEC polêmica sobre demarcação de terras indígenas pode voltar a análise na Câmara
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 30.10.2015

Falta de acordo impediu votação da proposta no final do ano passado pela comissão especial que a analisa; ruralistas defendem que as decisões sobre demarcações sejam submetidas ao Congresso, mas opositores afirmam que medida contraria direitos dos índios.

Marcada pelo confronto entre indígenas e agricultores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil, pode ter sua análise retomada neste ano.

O coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), defensor da PEC, ressalta que o debate sobre os territórios indígenas é de interesse da bancada ruralista. O deputado Chico Alencar (Psol-RJ), contrário à proposta, também acredita na retomada da discussão.

No final de 2014, não houve consenso nas reuniões da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC, impossibilitando a votação do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC). A proposta ainda tem de ser analisada em dois turnos pelo Plenário. Com o final da legislatura, ela será arquivada, mas poderá ser reapresentada na nova sessão legislativa, que será aberta no dia 2 de fevereiro.

A PEC foi apresentada pelo ex-deputado Almir Sá em março de 2000, incluindo entre as atribuições exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras indígenas. A palavra final do Legislativo seria dada por meio de decreto.

Serraglio apresentou relatório favorável à aprovação da medida, mas sugeriu algumas mudanças ao texto original. Entre elas, a previsão de que a demarcação seja feita por projeto de lei de iniciativa do presidente da República, e não por meio de decreto, como ocorre hoje.

O texto de Serraglio também prevê o direito de indenização dos proprietários de terras demarcadas pelo descumprimento do prazo constitucional para início da demarcação, fixado em cinco anos a partir de 1988.

Demarcações arbitrárias

Luis Carlos Heinze afirma que, além da aprovação da PEC, a bancada defende mudanças na Portaria

CONT.



303/12, da Advocacia-Geral da União, que estabelece condicionantes para a demarcação de terras indígenas no País; e em regras da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça, como a forma de encaminhamento dos laudos antropológicos que fundamentam as demarcações. "Temos de mudar, isso não pode ficar ao bel prazer de quem ideologicamente quer conduzir o processo", critica.

O deputado responsabiliza a Funai pelos conflitos, pelo caráter arbitrário das demarcações feitas pelo órgão. "Existem mais de 30 processos de demarcação só no meu estado. Estão em terras produtivas, com gente com mais de 100 anos em cima da terra", diz. Ele defende que o governo compre terras e as destine aos índios. "Compre onde quiser e ponha quem quiser. Agora, não vá atrapalhar a vida de quem está produzindo há dezenas de anos."

Direitos indígenas

Chico Alencar acredita que o cenário agora será "mais favorável para as nossas colocações, que são simplesmente do bom senso e do respeito à diversidade cultural do Brasil". "Você não pode encontrar soluções gerais para questões específicas, existem conflitos que envolvem comunidades indígenas ou segmentos dessas comunidades e pequenos produtores. Mas essa questão tem de ser examinada caso a caso, especificamente, e o debate deve envolver a Funai e o Ministério da Justiça, ou seja, todas as partes litigantes. É assim que a gente supera, e não mudando a Constituição de uma maneira genérica, o que permite uma fragilização grande dos direitos dos povos indígenas", argumenta.

Alencar está alinhado ao discurso do novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, de que "ignorar ou negar a permanência da desigualdade e da injustiça é uma forma de perpetuá-las". Ele se refere às declarações da nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que afirmou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que não existem mais latifúndios no Brasil e que os conflitos na zona rural ocorrem porque os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção. Para o deputado, a ótica da ministra sobre a questão fundiária no Brasil é "excludentemente" a do agronegócio.

"O ministro Patrus Ananias concorda plenamente com o que eu falei sobre a questão indígena, em relação às terras, em relação à reforma agrária. Então o governo parece que começa sob o signo profundo da contradição", avalia.

Íntegra da proposta:

[PEC-215/2000](#)

Reportagem – Emanuelle Brasil

Edição – Marcos Rossi

Atingidos por Belo Monte: "O único jeito foi a comunidade se unir e lutar"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2015



MAB – Uma comissão de mais de 80 moradores do bairro Independente II de Altamira fez uma verdadeira peregrinação pela cidade na manhã dessa quarta-feira (28 de janeiro). Eles foram ao escritório da Norte Energia, à Casa de Governo e por fim à prefeitura para exigir serem reconhecidos como atingidos por Belo Monte e terem o direito ao reassentamento urbano.

O bairro onde moram está situado na cota 97 (portanto, abaixo do limite previsto para o lago de Belo Monte), no entanto, os moradores nunca foram reconhecidos como atingidos. A Norte Energia afirma que vai tirar todas as famílias da área prevista para o lago na cidade de Altamira até o fim de março, porém a situação dos moradores do Independente II preocupa porque eles sequer foram cadastrados (primeiro passo para ser reconhecido pela empresa). Mais de 200 famílias vivem no local.

Uma moradora havia feito essa denúncia em audiência com o Ministério Público em novembro do ano passado, porém, como nenhuma medida foi tomada, a comunidade decidiu se organizar no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e partir para a luta. Após protestarem em frente ao escritório do consórcio, o grupo foi recebido pelo representante da Norte Energia Amauri Daros na Casa de Governo.

CONT.



Diante da pressão popular organizada, o consórcio se comprometeu a fazer um estudo sobre a situação da área e apresentar para os moradores dentro de 20 dias em reunião feita no bairro. A prefeitura também se comprometeu a comparecer nessa mesma reunião, uma vez que a Norte Energia busca transferir a responsabilidade à prefeitura pois as famílias estariam morando em “lugar impróprio”.

O prefeito Domingos Juvenil, que recebeu as famílias na prefeitura, por sua vez afirmou que a responsabilidade é exclusivamente da Norte Energia. “Belo Monte não é uma obra da prefeitura, e se vocês querem saber, eu pessoalmente fui contra, preferia Altamira como era antes”, exclamou.

“Estamos exigindo essa reunião desde a audiência do Ministério Público (novembro de 2014), mas a Norte Energia está enrolando, demonstrando que não está interessada. Então, o único jeito foi a comunidade se unir e buscar ajuda do MAB”, afirmou Elaine Cristina, professora e moradora do bairro.

“Hoje foi dado um passo importante porque as famílias se mobilizaram, mas ainda há um longo caminho para garantir o direito ao reassentamento de fato”, afirmou Jackson Dias, militante do MAB.

Foto: Primeira parada dos manifestantes: escritório da Norte Energia. Portão fechado e seguranças para evitar “possível invasão” (que não ocorreu).

Poluição engole rios Taquaraçu e Jaboticatubas; moradores reclamam da degradação
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2015

População teme também o impacto da possível construção de um reservatório para abastecer a Grande BH



Mateus Parreiras, Estado de Minas

Do alto de uma ponte abandonada, com poucas muretas e o pavimento coberto por um palmo de barro, o músico Antônio José de Freitas, de 71 anos, lança seu anzol e aguarda com paciência que um dos peixes que sobem o Rio Taquaraçu morda sua isca. Quando o manancial está limpo, ele consegue até ver o nado em grupo de dourados, surubins, piaus e mandis. "Os peixes vêm do Rio das Velhas, subindo o Rio Taquaraçu contra a correnteza para desovar. A cada dia aparecem menos peixes, mas ainda tem um tanto bom que dá para a gente jantar em casa", conta Antônio.

O medo de Antônio e de ambientalistas, como os do Projeto Manuelzão, é de que uma barragem no rio para formar um reservatório para abastecer a Grande BH, como a Copasa estuda fazer, possa afetar os peixes e a qualidade do Rio das Velhas. E é não infundado, principalmente porque o secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Murilo Valadares, já admitiu que há preferência de construção da represa no Taquaraçu e não no Rio Jaboticatubas, que também é avaliado.

CONT.



As captações pretendidas pela empresa devem ser vigorosas e podem criar um lago extenso que encobrirá muitas propriedades e até casas ribeirinhas e de trabalhadores rurais das áreas mais baixas. Fontes ligadas à Copasa informaram ao Estado de Minas que o estudo inicial da empresa estimava retirar entre 4 e 5 metros cúbicos por segundo da futura barragem. Mas essa captação pode aumentar devido à urgência de fortalecer o abastecimento da Grande BH, a obra para a qual o governador Fernando Pimentel (PT) projeta um prazo otimista de funcionamento em três ou quatro anos.

O estudo da Copasa mostra também que o Rio Taquaraçu reúne mais vantagens sobre o Rio Jaboticatubas na disputa pela construção do reservatório. É um rio mais caudaloso e contido num relevo de vales encaixados, o que permite, em tese, um reservatório mais profundo, concentrando mais água em menos espaço, o que economizaria o processo de desapropriação de terrenos e imóveis. O ponto de captação de água escolhido no Taquaraçu, próximo à rodovia MG-020, tem distância menor da capital, de 25,5 quilômetros, 10 a menos que o Jaboticatubas.

Mesmo tendo ouvido falar da possibilidade de a Copasa captar água no Taquaraçu, a poucos metros de sua casa, o lavrador Antônio Reuter, de 65, acha que uma barragem não afetaria sua casa. "Prefiro não pensar no problema antes. Se fizerem uma represa, não vai ser aqui perto, e tem muitas baixadas para encher antes de chegar à minha casa", espera.

Mas, ao contrário do que o lavrador pensa, a casa dele está muito próxima da área de abrangência de uma barragem e a altura do imóvel, que fica suspenso num barranco com apenas oito metros de altura, também não é garantia de sossego. A mulher dele, a dona de casa Maria Reuter, de 56, protesta contra a possibilidade de ter de deixar a casa em que criou seus cinco filhos e onde moram desde que se casaram. "A gente não usa essa água para nada por causa do esgoto que vem da cidade. Agora, vão fazer uma lagoa aqui? Quem vai beber essa água? Eu é que não vou", questiona.

Sujeira

A poluição a que Maria se refere aparece nitidamente quando o rio corta o centro da cidade de Taquaraçu de Minas. São pelo menos duas grandes manilhas que saem do solo diretamente para o manancial e despejam línguas negras de esgoto nas águas barrentas, antes da ponte que liga os bairros da cidade. O esgoto do restante da cidade se concentra em outro córrego, que também já adquiriu o aspecto escuro e exala mau cheiro pelo seu curso.

Natas de espuma escura, parasitas e insetos proliferam entre o lixo doméstico lançado pela população. E o mais preocupante é que o esgoto continua a ser lançado sem tratamento, mesmo quando o rio está com apenas 26 centímetros, segundo as réguas de marcação de nível d'água, que marcam até 3 metros de altura nas cheias que costumavam ocorrer neste mês.

CONT.



“Quem encosta nessa água arranja coceira e caroço pelo corpo. A prefeitura, os vereadores, a Copasa: todo mundo já prometeu resolver o problema do esgoto, mas ninguém fez nada. Estamos sujando o rio e, quando tem enchente, volta essa contaminação toda para a gente”, reclama a dona de casa Maria de Lourdes Ferreira, de 50.

A Copasa não comenta o estudo. De acordo com a empresa “o corpo técnico da empresa informa que está em fase de elaboração o estudo detalhado do plano diretor de abastecimento de Belo Horizonte, que irá especificar todos os mananciais presentes na capital até 2050”. A Prefeitura de Jaboticatubas informou que tem plano para implantar uma estação de tratamento de esgotos.

Foto: Receoso com a construção de barragem, Antônio de Freitas, de 71 anos, diz que a cada dia aparecem menos peixes no Rio Taquaraçu.



Carta Pública aos candidatos à presidência da Câmara dos Deputados

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015

Prezados Senhores Deputados

Arlindo Chinaglia (PT-SP), Chico Alencar (PSOL-RJ), Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Júlio Delgado (PSB-MG).

As organizações abaixo-assinadas, em apoio aos povos indígenas do Brasil, protagonistas nos últimos anos da Mobilização Nacional Indígena, consideram inaceitável o espírito pouco – ou nada – republicano que vem pautando articulações em torno de algumas candidaturas à Presidência da Câmara dos Deputados e da eleição da sua mesa diretora. Notícias veiculadas pela imprensa informam que grupos representativos de interesses privados vêm barganhando com alguns candidatos à presidência o endosso à tramitação de propostas que afetam direitos fundamentais da população brasileira.

Diante disso, condenamos o modo como os direitos – sobretudo os territoriais – dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras populações do campo, além dos direitos ambientais e das gerações futuras, vêm sendo tratados como moeda de troca entre bancadas e grupos de interesses privados representados no Parlamento.

Consideramos especialmente graves as informações de que apoios para certas candidaturas têm sido costurados com a promessa de ressurreição de proposições legislativas destinadas a limitar, reduzir e/ou extinguir direitos – tal como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215-A/2000, arquivada ao final da legislatura passada, e outras medidas similares.

Converter direitos constitucionais, historicamente conquistados pelo povo brasileiro, em objeto de barganha política é inadmissível por afrontar o Estado Democrático de Direito, rebaixando a relevante função de representação parlamentar e beneficiando interesses particulares em detrimento de direitos de grupos vulneráveis e do interesse público, com graves impactos a toda a sociedade brasileira.

A eleição para a Presidência da Câmara deve pautar-se pela discussão de temas de interesse público substantivo, voltados a um projeto de país socialmente justo, que respeite a diversidade própria do povo brasileiro, e ao aprofundamento da democracia, da participação popular e da efetivação dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988.

Assim sendo, cobramos o compromisso dos candidatos à Presidência da Câmara dos Deputados com a manutenção dos direitos fundamentais previstos nos Artigos 5º, 225, 231, 232 e ADCT 68, todos integralmente protegidos a título de cláusulas pétreas conforme dispõe o Artigo 60,

CONT.



§4º, IV, e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que inclui a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sendo o que tínhamos a manifestar, ficamos no aguardo de seu posicionamento.

Atenciosamente.

Assinam:

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste – ARPIN-Sudeste

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-Sul

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Associação Floresta Protegida – AFP

Associação Profissional de Antropologia – Aproa

Aty Guasu

Centro de Trabalho Indigenista – CTI

Campanha #ÍndioéNós

Coletivo A Causa

Comissão Guarani Yvyrupa

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI-SP

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração

Conselho do Povo Terena

Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul

Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Escola de Ativismo

Greenpeace Brasil

Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC

Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN

Instituto Socioambiental – ISA

Movimento de Apoio aos Povos Indígenas – MAPI

Uma Gota No Oceano

WWF- Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

MPF discutirá implantação da reserva indígena e impactos da perda da refinaria
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.01.2015

A reunião também analisará possíveis impactos da suspensão do projeto da Refinaria Premium II para a reserva



Redação O POVO Online

O Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) realizará reunião, dia 9 de fevereiro na sede do MPF/CE, com os índios Anacés para discutir problemas relacionados à implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, na Região Metropolitana de Fortaleza. A reunião também deve avaliar possíveis impactos da suspensão do projeto da Refinaria Premium II para a reserva.

Lideranças indígenas informaram ao MPF que as obras estariam causando danos ao meio ambiente, por conta de aterramento de uma lagoa. Também relataram irregularidades em dimensões das residências, utilização de materiais de baixa qualidade nas obras e que equipamentos de segurança não estariam sendo utilizados por trabalhadores contratados pela empreiteira.

CONT.



A implantação da reserva indígena ficou definida em termo de compromisso assinado, em novembro de 2013, pelo MPF, Petrobrás, Governo do Estado, Funai, Governo Federal e Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso.

Premium II

O MPF/CE vai cobrar do Governo explicações sobre os valores investidos, direta e indiretamente, em função do projeto da Refinaria Premium II. Que conforme anunciado pela Petrobras na última quarta-feira, 28, a empresa decidiu encerrar os investimentos na implantação das refinarias Premium I (no Maranhão) e Premium II (no Ceará).

“O MPE informa que vai esperar o Governo do Estado ser notificado oficialmente pela Petrobras acerca do fim do projeto da Refinaria para, então, cobrar do Governo quanto foi investido em infraestrutura e que medidas o Estado vai tomar para ser ressarcido. A partir disso, vai tomar as providências”, afirmou o MPE, em nota enviada ao O POVO.

Quanto à responsabilidade jurídica da Petrobras, o Ministério Público Federal (MPF) informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem a competência para se debruçar sobre os contratos e verificar se a Petrobras descumpriu algum acordo. Sobre o investimento de R\$ 596 milhões que a Petrobras disse ter feito na refinaria, o MPF declarou também em nota que não pode afirmar se haverá responsabilização por não ter avaliado o caso.

Saiba Mais

O termo de compromisso assinado prevê a implantação da reserva numa área de 543 hectares, com a construção de 163 casas para as famílias Anacé, além de água, energia, posto de saúde e escola indígena, com recursos do governo estadual e da Petrobras, totalizando R\$ 30 milhões.

A reunião deve acontecer no próximo dia 9 de fevereiro, às 14 horas, na sede do Ministério Público Federal no Ceará

Foto: Tania Pacheco.

Mercadante pressiona Funai a liberar hidrelétricas

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 30.01.2015



O chefe da Casa Civil da Presidência da República, Aloizio Mercadante, dirigiu a pressão de uma orquestra de Ministros contra a Funai e o Ibama em favor da liberação de hidrelétricas na Amazônia. Mercadante e ministros de Minas e Energia, Eduardo Braga, dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, dos Portos, Edinho Araújo, da Aviação Civil, Eliseu Padilha, e da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, apertaram a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e representantes da Funai e do Ibama.

De acordo com a assessoria de imprensa da Casa Civil, nenhum licenciamento específico foi discutido. Também não foi tomada qualquer decisão sobre o assunto. Ainda de acordo com a assessoria de Mercadante a reunião foi convocada apenas para discutir a Portaria Interministerial 419/2011, que regulamenta a atuação dos órgãos da administração pública federal envolvidos no licenciamento ambiental e teve apenas o objetivo nivelar o conhecimento dos órgãos do governo sobre o tema.

Essa semana a última ex presidente interina da Funai, Guta Assirati, declarou publicamente que o Governo vem interferindo politicamente nos processos de demarcação com objetivos políticos.

Foto: Elza Fiúza/Agência Brasil.

SPU mantém portaria apesar da pressão política do Mato Grosso
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 30.01.2015



Uma comitiva de prefeitos da região do Araguaia no nordeste do Mato Grosso se reuniu na última terça-feira (27) com a secretária da SPU, Cassandra Maroni Nunes. A comitiva pressionou a secretária pela revogação da Portaria 294, que demarcou mais de um milhão de hectares como área de interesse público na região. Mas, apesar da pressão, a SPU manteve os efeitos da portaria.

Cassandra Nunes, enfatizou que o reconhecimento e a garantia de direitos às comunidades tradicionais é o principal objetivo da política de regularização do órgão. Sem explicar como, a secretária disse que os agricultores da região poderão tentar comprovar a propriedade de suas áreas. "A demarcação não significa que a União não possa reconhecer ou regularizar os títulos já existentes", disse Cassandra Nunes.

Segundo ela, a SPU procurará os governos estaduais de Tocantins e Mato Grosso para proceder o reconhecimento dos títulos emitidos anteriormente. A secretária também anunciou a formação de um Grupo de Trabalho com os prefeitos para que o processo de demarcação seja acompanhado de forma transparente e colaborativa.

O único resultado da pressão política até agora foi a decisão da SPU de realizar uma consulta pública para que, no prazo de 60 dias, todos os interessados possam apresentar dados técnicos, questionamentos e documentos que fundamentem possível redefinição dos limites das áreas abrangidas pela portaria. Acolhidos questionamentos que tenham fundamento, o polígono da portaria será alterado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Participaram da audiência em Brasília os deputados Federais Wellington Fagundes, Federais Valtenir Pereira e João Barcelar, os prefeitos de Confresa, Luciara, Santa Terezinha, Novo Santo Antônio, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Alto Boa Vista, Vila Rica e Novo São Joaquim.

Indígenas pedem escola para crianças em comunidade de Manaus

SÍTIO D24AM, 30.01.2015



Cacique afirma que cerca de 40 crianças estão sem estudar.

Foto: Eraldo Lopes

Manaus - Cerca de 40 crianças indígenas da Comunidade Parque das Nações Indígenas, no bairro Tarumã, zona oeste de Manaus, estão sem estudar. O levantamento prévio foi feito pelo cacique Pedro dos Santos, 64, da etnia Mura. Na avaliação da comunidade, o número de crianças desassistidas pela educação infantil municipal chegava a 100, no ano passado.

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) informou que está fazendo um levantamento da necessidade de construção de uma escola na comunidade. A pasta avalia também a viabilidade de alocar as crianças para instituições em bairros vizinhos.

Segundo o cacique, os comunitários têm dificuldade em levar as crianças para outros bairros. "Nós queríamos muito que tivesse uma escola dentro para atender nossos filhos que também devem aprender a nossa língua", afirmou.

Outro líder da comunidade Augusto Miranha, 42, da etnia Miranha, afirmou que uma escola específica para os indígenas é o ideal. "Não podemos perder a nossa cultura. Há, ainda, a

CONT.



discriminação, já que as nossas crianças vão pintadas para aula e sofrem preconceito de outros alunos”, disse.

Foi o que ocorreu com a filha de 6 anos de Andreia da Silva Vale, 27, etnia Mura. A criança vai diariamente à Escola Estadual Ana Lúcia de Moraes, no bairro Compensa, zona oeste da capital.

“É muita dificuldade. Às vezes, ela sai sem almoçar e já até passou mal na escola, além de faltar aula. São R\$ 3 para ir e outros R\$ 3 para voltar de ônibus. Sem contar as crianças que já riram dela, por ser indígena”, afirmou Andreia, cuja filha pega dois ônibus para ir e voltar da escola.

Direito à educação

A comunidade é fruto de um assentamento ilegal que existe há quatro anos. Conforme o cacique, há representantes de 14 etnias indígenas no local. De acordo com o entendimento da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), mesmo se originando em uma invasão, as crianças têm direito à educação.

“Independente da regularização do uso da terra, existe esse contingente de crianças com mais de 4 anos que não tem onde buscar o estudo”, afirmou o defensor público do DPE-AM Carlos Alberto Almeida Filho.

O levantamento pela Semed será encaminhado à DPE-AM. A previsão da Defensoria é que a Prefeitura dê esse parecer ainda no fim deste mês.



E a luta continua: aumentam as ameaças aos povos originários do Brasil

SÍTIO CIMI (G1), 30.01.2015

O ano de 2015 apresenta graves ameaças e importantes desafios aos povos indígenas do Brasil. A vitória na batalha relativa à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, no final de 2014, foi emocionante e enaltecida, mas não decretou o fim dos ataques e da guerra imposta pelos ruralistas e demais inimigos contra os povos e seus direitos fundamentais.

Fortalecidos, ao longo dos últimos anos, por vultosos financiamentos subsidiados com recursos públicos e abastecidos com doações milionárias de grandes corporações, inclusive multinacionais, o ruralismo saiu ainda maior das urnas em 2014. Sedentos, insaciáveis e raivosos, tudo indica que aumentarão ainda mais a pressão e o ataque contra os povos e seus direitos em todos os níveis.

No Legislativo, o texto constitucional continuará sendo alvejado. Antes mesmo de iniciar oficialmente a nova legislatura, os ruralistas já estão em plena movimentação a fim de retomar a tramitação de instrumentos danosos aos povos, tais como a PEC 215/00 e o Projeto de Lei Complementar 227/12. As negociações da Frente Parlamentar da Agricultura e Pecuária com Eduardo Cunha (PMDB/RJ), candidato à presidência da Câmara dos Deputados, foram concluídas com o compromisso público deste em criar uma nova Comissão Especial para tratar da PEC 215/00 em troca da adesão dos ruralistas à sua candidatura. Cunha conta ainda com o apoio manifesto da bancada evangélica.

No Judiciário, preocupa a possibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) impor uma interpretação extremamente restritiva quanto ao alcance do direito constitucional dos povos às suas terras tradicionais. Neste sentido, a eventual confirmação, em plenário, da anulação de portarias declaratórias de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos Guaraní Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e Canela-Apãjekra, no Maranhão, em decisões parciais tomadas pela 2ª Turma do STF, em setembro de 2014, sob argumentos simplórios e descontextualizados de que os indígenas não teriam direito à terra porque não estavam sobre ela em 5 de outubro de 1988, causaria uma instabilidade generalizada e uma onda de ações e decisões anti-indígenas relativa a centenas de procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas. As consequências potenciais advindas de decisão do STF nessa direção, em termos de conflitos, violências e violações aos povos, são imensuráveis.

No Executivo, o texto constitucional é desrespeitado reiteradamente. São fartas e públicas as informações que atestam a ação intencional do governo federal, especialmente por meio da Presidência da República, Casa Civil e Ministério da Justiça, em negar o seguimento legal aos procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas no Brasil. Em 2014, nenhuma terra indígena foi homologada pela presidente Dilma. Atualmente, ao menos 21 terras poderiam ser homologadas uma vez que os respectivos procedimentos administrativos

CONT.



estão tecnicamente aptos e não há qualquer impedimento judicial para fazê-lo. No entanto, a presidente simplesmente não assina os decretos de homologação necessários. Da mesma forma, ao menos nove terras poderiam ser imediatamente declaradas pelo ministro da Justiça.

O governo brasileiro segue decidido a nada decidir, descumprindo a Constituição, favorecendo os setores anti-indígenas e potencializando os conflitos e as violências contra os povos.

Os povos, por sua vez, dão fortes sinais de que manterão as articulações e mobilizações em 2015. Cientes de que somente a própria mobilização em defesa de suas vidas e direitos tem potencialidade para impedir os intentos dos seus inimigos, os povos indígenas demonstram estar dispostos e preparados para mais um ano de intensas lutas Brasil afora.

Nesse processo, consideramos de grande importância os povos manterem-se atentos às estratégias anti-indígenas, especialmente àquelas relativas à criminalização e à cooptação de lideranças. São fortes os indicativos de que grupos políticos que representam interesses econômicos manifestamente contrários aos direitos indígenas estão se movimentando para "atrair" povos e lideranças para o seu campo de jogo. Isso não significa, porém, que abandonarão a estratégia de incitação ao ódio e à violência contra os povos. Tudo indica que estas continuarão sendo implementadas de maneira associada à estratégia da criminalização posta a cabo por forças do próprio Estado.

Diante de tamanhas adversidades, a fim de reforçar ainda mais a legitimidade e estender o alcance de suas lutas, organizações, povos e lideranças indígenas têm importantes desafios ao longo do ano. Trata-se, especialmente, de manter firme o processo de mobilização em todos os níveis, de potencializar a atuação também em espaços de incidência política no âmbito internacional a fim de informar a sociedade e instâncias de direitos humanos de outros países acerca da realidade efetivamente vivida pelos povos no Brasil, bem como, de ampliar a articulação de suas lutas com setores da sociedade brasileira no meio urbano e com comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo em nosso país.

Brasília, DF, 30 de janeiro de 2015
Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi



Ministro tenta assinar nos próximos meses acordo de indenização de terra Buriti
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 30.01.2015

Depois de participar de reunião com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, ontem (29), o Governador Reinaldo Azambuja (PSDB) não deu detalhes sobre o que foi discutido sobre o impasse da indenização à fazendeiros pela terra indígena Buriti, em em Sidrolândia, a 71 quilômetros de Campo Grande.

O governador disse apenas que o ministro está tentando assinar o termo de acordo nos próximos meses, mas espera ter o assunto resolvido antes de sua vinda à Campo Grande, que tem outra finalidade. A visita não tem data anunciada, mas está prevista para depois do Carnaval.

A vinda do ministro é para tratar, especificamente, a questão da segurança pública, segundo reinado. "Nós propusemos um comitê integrado e o ministro topou essa articulação. Ele acha que na vinda dele, após o Carnaval ele terá a questão da Buriti já resolvida", disse o governador.

A indenização oferecida pelo Governo Federal é de R\$ 80 milhões, mas os fazendeiros pedem, pelo menos, R\$ 130 milhões pelas terras, que foram cenário da morte do terena Oziel Gabriel, 35 anos, durante ocupação em 2013. Nos confrontos, outro índio foi baleado e ficou paraplégico. A polícia não esclareceu, até então, de onde partiram as balas que atingiram os índios.

Quanto ao empenho para ajudar na questão da indenização, Reinado lembrou a criação da Subsecretaria de Assuntos Indígenas, que atuará inicialmente nas aldeias com os programas sociais, com atendimento às comunidades, com objetivo de estabelecer diálogo permanente entre governo e indígenas.

"Se o Governo Federal e nós conseguirmos através de uma negociação e ocupando e fazendo essas expansões que são legítimas, que os indígenas pedem, acho que teremos um ambiente muito mais favorável, por meio do diálogo para resolver os problemas. A nossa parte nós já estamos fazendo como Governo de Mato Grosso do Sul", comentou Reinaldo.

Negociação - A propriedade do ex-deputado estadual e ex-secretário estadual de Fazenda, Ricardo Bacha, foi ocupada por um grupo de cem índios no dia 15 de maio. Dias depois, o número de indígenas subiu para 600 e equipes do MPF (Ministério Público Federal), Polícia Federal e Cigcoe (Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais) acompanharam o confronto. Depois que Oziel foi baleado, a sede da fazenda foi queimada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Em junho de 2014, produtores sinalizaram um acordo ao decidirem aceitar, parcialmente, a proposta do Governo. Eles pediram o direito de continuar reivindicando na Justiça a diferença para que a indenização chegasse ao valor pedido. No entanto, nada ficou resolvido nas últimas negociações, ocorridas no ano passado.

Campo Grande News.



Reinaldo discute questões indígenas e projetos de reflorestamento em Brasília
SÍTIO PANTANAL NEWS, 30.01.2015

Por Bruno Chaves do Notícias MS/ Redação Pantanal News

Brasília (DF) – O governador Reinaldo Azambuja participou de reuniões em Brasília (DF), nesta quinta-feira (29), que debateram a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul e a segurança nas fronteiras do Estado com países vizinhos. Reinaldo ainda se encontrou com o vice-presidente corporativo da Caixa Econômica Federal (CEF), Hermínio Basso, para discutir projetos de reflorestamento do Estado.

Junto a bancada federal de Mato Grosso do Sul em Brasília, Reinaldo foi recebido pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ao sair do encontro, que durou mais de uma hora, o governador revelou que o ministro agendou uma reunião de trabalho no Estado.

"O ministro vai levar um grupo de trabalho para tratarmos de todos os temas de interesse da pasta que ele dirige, principalmente a questão de fronteira e da área que envolve a negociação das terras da região da Buriti", destacou.

No encontro com Cardozo, o governador lembrou a importância de atender os moradores da região de fronteira, que atinge 13 municípios de Mato Grosso do Sul e mais de 400 mil pessoas. "O Estado precisa criar infraestrutura e condições para levar melhorias aos moradores dessa importante região", frisou Reinaldo depois do encontro com o ministro Cardozo.

Bancada

Depois da audiência, deputados e senadores que acompanharam o governador falaram sobre os projetos que vão entrar em pauta nos próximos dias no Congresso. O senador Waldemir Moka disse que a bancada está fortalecendo a união política em prol dos interesses de Mato Grosso do Sul.

Todos têm o mesmo sentimento de união, expressou o deputado federal Vander Loubet, que é coordenador da bancada federal em Brasília.

Caixa Econômica

Ainda na Capital Federal, o governador Reinaldo se encontrou com vice-presidente corporativo da CEF, Hermínio Basso, para conversar sobre os projetos de infraestrutura que estão em andamento no Estado, especialmente, os da área de reflorestamento. O vice-presidente prometeu analisar todas as demandas de Mato Grosso do Sul e garantiu ao governador que os projetos em andamentos terão atenção especial.

Marcos Roberto



Boletim de Notícias - Edição nº 18/2015

Brasília, 30 de janeiro de 2015.



Agraer recebe reivindicações de comunidade indígena e produtores rurais

SÍTIO PANTANAL NEWS, 30.01.2015

Por Paulo de Camargo Fernandes do Notícias MS/ Redação Pantanal News

O diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Enelvo Felini, recebeu, nesta semana, solicitação de apoio a comunidade indígena Terra do Buriti, de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

“Precisamos de combustível e do que estiver ao alcance da instituição para nos ajudar. A Funai já colaborou conosco com sementes de feijão e precisamos de apoio para melhorias em nossas comunidades”, afirmou o cacique Eber Reginaldo Utorino, chefe da Funai em Sidrolândia.

Enelvo Felini afirmou que o governo estadual está à disposição para ajudar a produção indígenas em Mato Grosso do Sul.

Participaram da reunião os caciques: Ageo Lourenço (Aldeia Agua Azul); Leodenis Rodrigues (Aldeia Nova Buriti); Adão Custodio (Aldeia Nova Buriti); Basílio Jorge (Aldeia Lagoinha); Maioque Figueiredo (Aldeia Tereré); Sidmar Cordeiro (Aldeia Oliveira); Joãozinho Figueiredo (Aldeia Tereré); Franuilin Duarte (Aldeia Olho d’Água).

Produção familiar

Enelvo também recebeu os vereadores José Cecílio da Silva Filho, Donizete da Silva e Alexandre Cagliari, todos de Selvíria. Eles reivindicaram apoio para o pequeno produtor rural e aos assentamentos da região.

Os vereadores pediram patrulha mecanizada e veículos para o desenvolvimento de produção e rendimento de trabalho para os agricultores familiares na produção de leite.

Enelvo Felini explicou que irá fazer todo o esforço para atender as solicitações e garantir apoio ao pequeno produtor da região.



Rondônia estuda inserção do conhecimento tradicional de ribeirinhos no ensino público

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 30.01.2015

Distrito de Nazaré dispõe do único colégio do mundo construído no meio da floresta

A Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Francisco Desmoret Passos, em funcionamento desde 2013 no distrito de Nazaré, é o primeiro colégio da rede pública estadual a iniciar estudos para contratar por meio de seleção simplificada professores “oficineiros”.

A nova modalidade de contratação pelo Conselho Escolar é prevista no artigo 8º da Lei 3.481 (15/1/2014) e única alternativa para sanar também o problema da falta de professores em várias outras especialidades.

Estudos anunciados quinta-feira (29) pelo governador Confúcio Moura durante a primeira ação itinerante do segundo mandato na região do Baixo Madeira visam dotar a escola de todas as condições para tornar possível também, a partir do ano letivo que se inicia dia 3 de fevereiro, a inclusão do conhecimento tradicional no ensino público. Isso privilegia aulas a partir de relatos de pescadores, agricultores e caçadores, sobretudo a respeito das tradições culturais locais.

Na audiência com pais de alunos e lideranças comunitárias dos distritos de São Carlos e Nazaré, duas das três comunidades mais atingidas pela cheia do rio Madeira em 2014, o professor Roberto Rodrigues de Melo, de 50 anos foi eleito diretor por indicação de representantes da comunidade e da escola. O governador conduziu a posse.

Diversidade impressionante

“Já vim aqui várias vezes e cumpri 80% dos compromissos firmados com vocês. Agora preciso do apoio de todos para transformar esta escola num modelo para o Brasil e o mundo”, disse. Ainda segundo o governador, o distrito de Nazaré dispõe do único colégio do mundo construído no meio da floresta, aonde a pessoa chega e fica com a impressão de estar num “jardim botânico” tamanha é a diversidade de espécies da flora da Área de Proteção Ambiental que circunda as salas de aula, biblioteca, laboratório, sala de música e uma quadra poliesportiva coberta. “É daqui o grupo musical ‘Minhas Raízes’ que se apresentou na Rio + 20 e divulgou as tradições culturais ribeirinhas num evento internacional”, lembrou Confúcio Moura.

O grupo é liderado pelos professores e músicos Tim Maia e Roberto Melo, respectivamente, vice-diretor e diretor eleito. Após a apresentação no Rio de Janeiro, os integrantes que fabricam os próprios violões e tambores com madeira reciclável gravaram um CD. A faixa de maior sucesso é a música “Caminhos do Rio”, que o governador ouviu antes de retornar a Porto Velho.

CONT.



Governador não quer esvaziamento da região ribeirinha

O ambiente na escola é apontado pela Seduc como um dos mais adequados para os professores de Ciências, Botânica e Música lecionarem disciplinas dos cursos de agroecologia e música. Na Área de Proteção Ambiental (APA) que circunda o colégio, o governador propôs a abertura de trilhas para incentivar os 290 alunos matriculados a participar mais das atividades práticas.

A ideia, de acordo ainda com o governador, é também atrair a atenção de estudantes do ensino médio e universitários de outros municípios e estados a conhecer o novo modelo de educação proposto para a região. O objetivo é qualificar alunos do ensino fundamental e médio nas especialidades de agricultura e música, criar alternativas para o desenvolvimento regional e difundir as práticas de musicalidade que ajudarão no processo de fixação do homem na região e formação dos futuros professores da escola.

governador visita escola do ditrito de nazaré (54)

Abraçado à menina Amanda Eloíse: "Sonho a realizar"

Confúcio pediu à comunidade, alunos e professores para que o ajudem a transformar o colégio numa referência e vença concursos nacionais e internacionais como um dos primeiros a investir na formação de filhos de ribeirinhos em agroecologia e música.

"Um modelo que ajude a realizar o sonho dessa criança, por exemplo," disse o governador. E abraçou a menina Amanda Eloísa Barbosa, de seis anos, que acompanhava a mãe Gigliane Cristiano dos Santos.

Participaram ainda das atividades a secretária estadual de Educação, Fátima Gavioli, a coordenadora regional de ensino de Porto Velho, Irani Oliveira Moraes, e a ex-secretária de Educação da Capital, Fátima dos Anjos.

Fátima Gavioli ressaltou o interesse do portal Google em apoiar projetos de desenvolvimento sustentável no mundo todo, e citou o exemplo da parceria com os índios Paíter-Suruí, em Cacoal. Diante do interesse do portal, segundo a secretária, o governo convidará os administradores para conhecerem a escola e seu novo modelo pedagógico.

Passarela

O projeto da passarela em concreto com 180 metros de extensão foi refeito e o governo liberou um aditivo para que seja alargada em 15 metros de cada lado. A obra foi paralisada ano passado por causa da enchente que soterrou parte da construção.

nazaré (11)

CONT.



Passarela: projeto une parte baixa da vila à terra firme

Agora entrou em fase de conclusão, de acordo com o diretor do Departamento Estadual de Obras Públicas (Deosp), engenheiro Mirvaldo Moraes de Souza.

A obra interligará, definitivamente, a parte baixa da Vila onde moram cerca de 320 famílias à área de terra firme onde foi construída a escola. Dará também maior acesso aos atingidos pela cheia que serão transferidos para a nova área de assentamento adquirida pelo governo e que depende apenas de obras de terraplenagem para doação à prefeitura de Porto Velho, responsável pela demarcação e entrega dos lotes urbanos às famílias dos atingidos.

A previsão é de que os serviços de infraestrutura sejam concluídos entre fevereiro e março. Representantes das comissões dos atingidos pela enchente e os administradores Ednaldo Medeiros (São Carlos) e Pedro Bastos da Silva (Nazaré) acompanharam a audiência que durou cerca de duas horas. professor Roberto Rodrigues de Melo (3)

Durante os despachos, o governador tranquilizou os moradores quantos às notícias sobre riscos de nova enchente.

Lembrou que, tanto a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil Estadual quanto a municipal estão atentas e monitoram diariamente o nível dos rios da região, retirando inclusive moradores que retornaram para as áreas de risco na Capital.